

“Cadê a ABA?”: a antropologia e a esfera pública no Brasil¹

Carmen Rial

“*Cadê a ABA?*” é como os associados da Associação Brasileira de Antropologia e os antropólogos em geral costumam exigir, nas redes sociais, manifestações da ABA para tudo o que de errado acontece no país. É um pouco sobre onde andou a ABA durante a gestão que liderei (*Diálogos Antropológicos 2013-2015*) que tratarei aqui.

Poderia fazê-lo comparando a ação da antropologia com a de outras ciências humanas no Brasil, apresentar estatísticas, números da atual situação de financiamento no país – que não eram maus, ao contrário, havia muito dinheiro sendo investido na educação superior naqueles anos pré-crise e boas perspectivas, com a promessa da destinação de grande parte dos *royalties* de prospecções futuras do petróleo para esse âmbito. Embora as ciências humanas fiquem com as migalhas do bolo, ainda assim, a situação da antropologia no Brasil era melhor do que a vista (e que vejo ainda) em muitos países do Norte global.

Poderia também me deter na história da ABA, que já é uma senhora de mais de 60 anos. Mas a etnografia sempre esteve no centro dos trabalhos de antropologia no Brasil e, fiel a essa tradição, gostaria de abordar o tema tendo em vista o que experienciei à frente da Associação. Exercício temerário, reconheço, pois há sempre o risco de que soe como os romances do inglês David Lodge, centrados na vida acadêmica, ou, pior, como cenas do seriado televisivo *The Big Bang Theory*. Mas isso nunca se sabe.

Cadê a ABA?

¹ Parte deste texto foi apresentada na Conferência de Encerramento do V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, na UTAD, em Vila Real, em 2014. Agradeço ao então presidente, Robert Rowland, pelo convite.

Cenário um: novembro de 2012 – AAA em São Francisco

Café da manhã na suíte presidencial, cobertura do hotel Hilton, a convite de Leith Mullings, presidente (2011-2013) da American Anthropological Association (AAA). Ela reúne os presidentes das associações de antropologia que participam do congresso – uma associação por país – e representantes de instituições financeiras e antropológicas importantes. Eu sou uma incoming-president, já eleita, mas não empossada. Acompanho Bela Feldman Bianco, então presidente da ABA da gestão Desafios Antropológicos (2011-2013). Estonteante vista sobre a cidade de São Francisco, deliciosos croissants, e a conversa começa com uma bomba: o representante de uma instituição britânica e irlandesa alerta para o que, a seus olhos, é a erosão completa do sistema de publicações na Grã-Bretanha. O governo teria feito passar uma lei insidiosa que obrigaria os pesquisadores subvencionados pelo Estado a disponibilizar publicamente os resultados, com acesso irrestrito. Em outras palavras: open access, acesso aberto. Ele descreve um quadro de ameaça, de caos, de fechamento de revistas acadêmicas, e o lenço que passa insistentemente sobre a testa mostra bem quanto essa nova legislação o abala emocionalmente. Defende o livre mercado, as liberdades individuais, com um discurso político conservador extremado que eu, neófito nessas reuniões, nunca antes tinha pensado ouvir da boca de um antropólogo. Todos escutam com atenção, contidos, e alguns – a representante da Austrália – com evidente preocupação. Hesito entre iniciar uma defesa do livre acesso a publicações, o que desencadearia provavelmente uma guerra, ou deixar assim e simplesmente buscar outro pain au chocolate na farta mesa de café da manhã.

Depois de alguns minutos de apocalipse editorial, Bela e eu começamos a explicar que as coisas “talvez não fossem assim tão graves”, que, no Brasil, trabalhamos sob o sistema de acesso aberto nas revistas acadêmicas há anos e que o sistema tem “funcionado” – o argumento pragmático, no caso, pareceu mais eficiente que o ideológico, acho até que usei oportunisticamente a expressão “com lucros para todos”, mas não saberia precisar. Falei, sim, que o que vemos no Brasil como um problema não é o livre acesso, mas, ao contrário, os altos preços cobrados para acesso a artigos pelas grandes editoras anglo-americanas que detêm o monopólio do mercado

editorial, obrigando o governo brasileiro a pagar uma fortuna para ter alguns desses periódicos internacionais disponíveis em livre acesso nas universidades. Aos poucos, e timidamente, outros presidentes começaram a apontar fatores positivos no *open access*: a representante do Canadá primeiro. Outros falam. O representante da instituição britânica e irlandesa vai se recostando na poltrona e se calando. Arrisco um golpe de misericórdia: “De todo modo, quer se queira ou não, quase tudo está em *open access* hoje. Por exemplo, enviei a referência de um artigo a uma orientanda, avisando que teria de pagar para lê-lo, e, em cinco minutos, ela colocou no Facebook o *link* em que ele estava disponível gratuitamente”. Alguns risos, alguns apoios: “Ah, sim, o Academic.edu. Os autores postam seus artigos lá”.

Passamos a outro assunto. Esse início de reunião me fez constatar algo de que, ingenuidade minha, e talvez etnocentrismo, não tinha me dado conta: os antropólogos na antropologia mundial formam uma comunidade bastante heterogênea. A questão colocada pelo colega britânico havia sido um choque para mim, pois, no Brasil, já está consolidada a ideia do acesso aberto a revistas em *sites* e portais – como o Scientific Electronic Library Online (SciELO), atualmente replicado amplamente por outros sistemas, como o *Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)* – e essa posição já se difunde também para a divulgação *on-line* dos livros. O CNPq tem uma linha de financiamento para livros eletrônicos e a editora da ABA também adota essa diretriz, com uma linha editorial exclusiva para livros *on-line*. Já em outros países... Bem, estava conhecendo outras histórias.

A reunião continuou sem outros temas tão apaixonantes – informações sobre próximos congressos, relatos da relação com o Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA, instituição fundada em Recife em 2004 na gestão de Gustavo L. Ribeiro), relatos de possíveis financiamentos da Wenner-Gren – até que, ao final, a presidente da AAA pediu ao Brasil (ou seja, a nós) que explicasse como conseguíamos entrada nos órgãos governamentais de modo a influir nas tomadas de decisão, como ela tinha testemunhado quando participou da RBA em São Paulo e se surpreendeu com a presença, em

mesas e na plateia, de procuradores e assessores de ministérios e secretarias.

Bela e eu nos olhamos e a resposta que demos foi: “Nós batemos nas portas”. Depois, explicamos um pouco dos caminhos até as esferas governamentais, aos *policy makers*, alguns com sucesso, outros nem tanto.

Esse interesse pela atuação política evocada na reunião dos presidentes na AAA poderia levar a uma interpretação lisonjeira: a antropologia brasileira está sendo olhada como exemplo de estratégias bem-sucedidas de influência sobre políticas públicas graças à autoridade que soube construir junto à sociedade civil e às instituições governamentais. Um trabalho de muitos anos no qual a ABA tem papel essencial.

Um trabalho judicioso, mas não sisudo. Eunice Durham, primeira mulher a presidir a ABA, é quem conta, num depoimento filmado em 2012: recém-empossada, foi chamada pelo governo militar para uma reunião sobre um massacre de índios que havia ocorrido. Seria recebida por um coronel do serviço de segurança nacional em plena ditadura. Primeira providência: se fez acompanhar por um antropólogo de barba e bengala, Pedro Agostinho, nomeado, na ocasião, assessor especial para assuntos indígenas. Foram ouvidos com interesse. Em seguida, pediu uma conversa com outro militar, tido como ex-torturador, que presidia a Fundação Nacional do Índio (Funai) e que estava impedindo a entrada de antropólogos nas reservas indígenas. Sua primeira providência, ela revelou, foi comprar um terninho branco, suficientemente respeitável, e construir a *performance* de uma verdadeira cientista. Combinou com Viveiros de Castro, nomeado secretário da ABA para a ocasião, que ele ficaria dois passos atrás, com uma pasta cheia de papéis, que forneceria à medida que ela pomposamente solicitasse. “Secretário, o ofício.” Ao que tudo indica, deu certo. O coronel da Funai ficou bem impressionado e garantiu acesso aos antropólogos.

A ABA era, então, uma organização muito pequena, com poucos associados e sem financiamento fixo, mas sabia jogar e obter os efeitos benéficos de uma teatralidade que tínhamos aprendido com nossos interlocutores tradicionais.

A curiosidade demonstrada no café da manhã dos presidentes das outras associações mostra um respeito se não novo, pelo menos recente. Seria essa consideração devida ao fato de o Brasil ser visto na economia e na política como um novo *global actor*? Talvez. Esse novo olhar ficou mais claro três meses depois, quando voltei aos Estados Unidos para participar de um colóquio na Flórida chamado *Emergent Brazil*. (Estranho nome. Emergente como o monstro do lago Ness? Foi o que pensei quando vi o título. Sem dúvida, um nome datado, de antes da crise econômica e política de 2015, que mudou muito da imagem do Brasil interna e externamente.) No *Emergent Brazil*, desfilaram brasilianistas, sociólogos, economistas, um embaixador, um ex-ministro da Agricultura e, claro, antropólogos para falar das novas condições do país, ouvidos num misto de interesse e admiração desproporcional.

A alta no preço das *commodities* que beneficiaram tanto o Brasil economicamente parece ter influenciado também no olhar sobre as teorias que se produzem no país e nos seus impactos no poder.

Sem dúvida, houve um incremento da inserção internacional da antropologia produzida no Brasil, paralelo ao novo protagonismo do país no cenário político e econômico global. Minha geração mirava o Norte industrial. Era nos países centrais que íamos buscar nossas referências teóricas – França, Estados Unidos, Inglaterra – para serem aplicadas em campos etnográficos restritos ao interior das fronteiras nacionais. De fato, num movimento contrário ao das antropologias centrais, que se dirigiam para uma alteridade distante geograficamente, a nossa sempre se voltou para si. Queríamos teorias que nos ajudassem a entender o local. Mas diferentemente dos europeus e norte-americanos que buscavam nas Américas grupos indígenas, procurávamos no Norte teorias que explicassem também as sociedades urbanas, complexas, modernas e industriais.

Hoje, a antropologia brasileira e outras anteriormente tidas como periféricas são fontes de teorias, dialogam em igualdade com outros lugares, buscam relações com antropologias outras que as ditas centrais, trabalham em campos que não são mais restritos aos territórios nacionais. Mas a língua continua sendo uma grande barreira na circulação das coisas antropológicas, dos nossos textos. Não para todos: nota-se maior facilidade dos que se formaram no exterior de publi-

car na língua de sua formação. A *Vibrant*, revista virtual da ABA (de cujo projeto me orgulho de ter participado na gestão de Gustavo L. Ribeiro), pretendeu desde o seu início ser um veículo para acelerar a internacionalização da antropologia brasileira. *Vibrant* cresceu, já tem 10 anos, é hoje editada por Peter Fry – ele também parte da história da ABA, pois foi tesoureiro na gestão da Eunice Durham e vice-presidente na de Miriam Grossi.

Somos parte ativa de uma comunidade transnacional de antropologia. Ampliaram-se consideravelmente os contatos e o diálogo com outras associações antropológicas no interior do Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA), no qual a ABA tem sido protagonista e cuja reunião de fundação ocorreu no Brasil, e da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES). Prova disso é a realização do próximo congresso, em 2018, no Brasil.

Esses primeiros encontros com presidentes de outras associações me mostraram que havia duas visões opostas sobre a antropologia brasileira e sua relação com os agentes públicos: quando conversava com colegas estrangeiros, via sua admiração (e uma ponta de inveja) por compartilharmos mesas com procuradores públicos, assessores de ministérios e de secretarias, embaixadores. Mas quando conversava com colegas brasileiros, ouvia queixas de que nossa *expertise* não tinha o impacto merecido nas políticas públicas, de que nossas pesquisas não eram levadas em conta. E nas redes sociais, uma pergunta insistia: “Cadê a ABA?”.

Cenário dois: Brasília

A Brasília dos escritórios é um mundo à parte. Nas portarias, há ares de controle de fronteira estadunidense: registra-se a identidade do visitante, fotografa-se, há *scanner* para as bolsas e roleta de passagem com códigos, às vezes detectores de metais. Recebem-se credenciais que funcionam como salvo-condutos, como os “*papéis*” dos imigrantes. A vigilância que se instaurou globalmente após o 11 de setembro está presente lá.

Quando se passa pelas barreiras e finalmente se entra em um “escritório”, uma figura sempre me intrigou. Um homem, geral-

mente de pele escura, terno preto, camisa social branca, gravata borboleta. Comumente sentado em um canto, cabeça baixa, muitas vezes lendo um jornal de esportes. Pode ser que, na sala, tenha apenas uma secretária, mas lá estará esse senhor. É só quando a reunião começa que ele se ativa, empurrando um carrinho com copos com água gelada, térmica, cafezinhos, ou simplesmente uma bandeja. E aí se inicia uma conversa de mudos feita de olhares, acenos de cabeças, bocas que se abrem sem emitir som. Toda uma negociação ocorre sem que a reunião se interrompa, o senhor de terno preto em completa invisibilidade.

Em Brasília, me chama atenção também os bótons nas lapelas dos casacos dos homens – menos frequentemente usados pelas mulheres –, que parecem indicar o local de pertencimento do sujeito e sua posição hierárquica. Seu código não é disponibilizado ao não usuário, mas a impressão é de que basta ter um bóton para se ter acesso a todos os lugares. Até pedi à Secretaria da ABA que fizesse bótons para usarmos nessas visitas, e sempre trago os meus quando venho aqui. Os senhores garçons, claro, não têm bótons, exceto um, que usava na lapela o do Flamengo, o seu clube de futebol, reinterpretando, assim, um signo de distinção social do espaço ministerial.

Nas reuniões de Brasília, as conversas se dão por siglas e números – que ninguém se dá ao trabalho de explicar, pois parecem ser de amplo conhecimento: PEC, PAC, Iseb, Cimi, CPT, Funasa, RC; a 37, a 169, a 215, o 231, o 232... Lidar com os escritórios em Brasília pressupõe que se domine números, siglas e cargos.

Os cargos são outro mistério, ou melhor, ministério. São muitos os “ministros”. Pensava que existiam uns 20 no país, mas não, ali todo mundo é tratado como ministro. E, de novo, ninguém se dá ao trabalho de completar com o nome, é só “o ministro me orientou”. E que o interlocutor adivinhe se estão falando do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, ou de outro, algum ocupante de uma secretaria, mas que também é chamado de ministro. É como se “ministro” fosse, a exemplo dos verbos, um substantivo intransitivo, não precisa de complemento. O complemento o ouvinte tem de imaginar, contextualizando o sujeito que fala e o conjunto da fala. Esse não é o

único cargo que me soa estranho: quem imaginaria existir um sub-coordenador da subcoordenadoria? Pois existe.

Lidar com os escritórios em Brasília pressupõe que se domine bótons, números, siglas, cargos e hierarquias obscuras.

Tive de me adaptar rapidamente. Em Brasília, a ABA dialoga com muitas secretarias e, às vezes, conseguimos acesso a ministros. Durante nossa gestão, estivemos com ministros/ministros (vamos chamar assim). Com o do MCTI, com o da Justiça. A CAI esteve com o ministro Cardozo – ele queria ouvir os antropólogos sobre um texto que o governo estava preparando sobre regras para a demarcação de terras alternativo aos que circulavam no Congresso.

Fomos recebidos este ano também pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação para discutir questão vital para os antropólogos: o controle da ética na pesquisa. Temos um código de ética, sim, esse não é o problema. O código de ética da ABA, que gostaríamos que fosse o único, como sabem, não tem reconhecimento legal. De fato e de direito, o controle de ética do trabalho dos antropólogos no Brasil está sob responsabilidade do Ministério da Saúde. Para publicar artigos em algumas revistas, para aprovar projetos de pesquisa, temos de ter o aval dos comitês de ética em pesquisa, órgãos ligados ao MS. Ou seja, nossos “encontros etnográficos” estão sob a égide da mesma legislação que controla as ações dos médicos sobre seus pacientes. Desnecessário dizer que queremos tirá-los dali.

Foi o que nos levou ao MCTI. Como podem imaginar, não é fácil chegarmos diretamente aos ministros, geralmente são seus assessores que nos escutam. Mas esses encontros acontecem. Nesse caso, houve um feliz acidente: o ministro na época, Marco Antônio Raupp, tinha tido um antropólogo, Otávio Velho, como seu vice-presidente na gestão à frente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), associação científica da qual a ABA é parte. O ministro Raupp estava em pleno voo quando recebeu o telefonema do Otávio pedindo que nos recebesse e mudou na hora sua agenda.

Gustavo L. Ribeiro (que convidei para me acompanhar como presidente da Anpocs) e eu costuramos argumentos na antessala do Ministério: a situação atual da ética tornava impossível para os antropólogos pesquisar sobre criminalidade. Como entrevistar mulheres que fizeram aborto fazendo-as assinar um termo de con-

sentimento? Como estudar a sexualidade entre adolescentes quando são os pais que devem assinar e, muitas vezes, nem sabem que os filhos têm uma vida sexual ativa? Guardamos no bolso esses e numerosos outros exemplos que os colegas nos passaram ao longo de muitos discussões, pois esse era um debate que tinha começado em 1996, logo depois da promulgação do decreto-lei. Entramos na sala, mesa enorme em madeira de lei. “Então é assim uma sala de reunião de um ministério?”, pensei. O ministro entra, alto como um jogador de basquete, corpulento como um atleta de rúgbi. Senta na cabeceira, acompanhado de duas jovens secretárias, “admiradoras da antropologia”, nos diriam mais tarde, na saída. O ministro pergunta: “Bem, o que vos traz aqui?”. Gustavo se lança: “Ministro, nós representamos a área de ciências humanas, o controle da ética está atualmente no Ministério da Saúde, gostaríamos de passá-lo para o seu ministério”. Ele o interrompe: “Isso me parece óbvio”.

Pronto, não era preciso argumento nenhum. “Então, o senhor nos dá sinal verde para iniciarmos o processo?” “Sim, vocês podem ir adiante.” A reunião poderia terminar ali, dois minutos depois de começar. Atacamos outros temas, mas o principal estava resolvido. Vínhamos batalhando por isso há anos e agora, com uma palavra mágica, o conflito “israelo-palestiniano” parecia se resolver. Saímos caminhando em nuvens.

Podíamos convocar, e o fizemos, os presidentes de outras associações de ciências humanas, criando um fórum reunindo 21 associações – sabemos a importância das alianças – que, em pouco tempo, teve o acréscimo das áreas de sociais e sociais aplicadas. As coisas andaram rapidamente, embora, sabemos, nunca seja fácil o consenso entre as ciências humanas. Alguns colóquios e reuniões depois, já em julho, tínhamos algo pronto para apresentar, elaborado inicialmente por Luiz Fernando D. Duarte, Cynthia Sarti e Ceres Victora.

Porém... Nosso segundo encontro com o ministro já foi em uma sala repleta de cientistas das ciências ditas duras. Ele estava na mesa, nós na plateia. Otávio Velho já nos tinha alertado que o cenário mudara: o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, se opunha a que deixássemos seu ministério, sentia que perderia algo – “O quê?”, pensei. E Raupp não iria descontentá-lo por algo tão pequeno; ou seja, novos obstáculos. O diálogo foi menos fácil, mas ele manteve a

porta aberta: muita negociação ainda seria necessária, os argumentos preparados naquele dia na antessala e deixados no bolso teriam de ser acionados em muitas outras reuniões. Diante da minha decepção, um colega me escreveu: “*Oui, la vie n’est pas un long fleuve tranquille*”. Dura constatação. Nem tudo se resolve em seis meses.

Colocamos representantes, colegas, no GT da Conep, que elaborou o documento que foi a consulta pública – e o qual apoiamos enfaticamente. E insistimos junto ao CNPq quanto à necessidade de criação de uma Diretoria de Ciências Humanas. Além disso, o fórum conseguiu do presidente do CNPq a convocação de um grupo de trabalho para fazer um amplo diagnóstico das CT&I e elaborar um documento com diretrizes. A ABA coordenou esse grupo de trabalho de oito especialistas.

O documento buscou afirmar que a presença das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas (CHSSA) no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação não pode ser subsidiária, deve implicar a valorização das contribuições específicas ao sistema de CT&I e ao conjunto do mundo social.

O documento elaborado pelo grupo de trabalho dialogou com documentos oficiais existentes: Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). E se centrou em cinco eixos – *ética, formação, financiamento, publicações e internacionalização*. Consideramos que tais eixos são estruturantes para uma política de CT&I para as CHSSA e, ao mesmo tempo, podem ser desdobrados em ações e metas específicas que possibilitem o acompanhamento e a avaliação da política científica. O tema da internacionalização, por sua importância estratégica, aparece envolvido em pelo menos três eixos dedicados à formação, ao financiamento e a publicações. O documento está *on-line* no portal da ABA e sua defesa ainda terá desdobramentos.

Mas voltemos um pouco no tempo. De todas as reuniões que tive em Brasília representando a ABA, o mais emocionante foi o encontro com os mundurucu (e os xipaia, caiapó, arara e tupinambá, para ser precisa).

Cenário três: anexo do Palácio do Planalto

Chegamos no horário, já estava montado o esquema de segurança, com dezenas de homens em uniforme *men in black*, e algumas câmeras de TV ao longe. Nós, mas principalmente os índios, teríamos de passar pelos portais detectores de metal antes de ingressarmos no auditório. Entramos. As “autoridades” já estavam na frente da porta – “autoridade” é como chamamos, no Brasil, os representantes governamentais, mas não só eles, também os que têm fácil acesso a eles.

Os índios demoram a chegar, foram transportados desde Belo Monte por aviões da Força Aérea Brasileira – a cobertura jornalística deu ênfase a esse fato, como se se tratasse de um uso ilegítimo de patrimônio público, como se tivessem viajado de primeira classe e não em aviões militares desprovidos de conforto. Aproximei-me de um militar, um general da Agência Brasileira de Inteligência (Abin, órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência), e a conversa começou de forma simpática, com ele citando a famosa frase do marechal Rondon sobre os índios, que, sabia, agradaria uma antropóloga: “Morrer se for preciso, matar nunca”. Responsável pela segurança da Presidência, entre outras atividades nobres (como a segurança na Copa do Mundo ou o controle do transporte do resíduo atômico), ele me revela: a ocupação de Belo Monte pelos mundurucu não havia sido pacífica. Havia veículos cheios de gasolina, à guisa de coquetéis *molotov* móveis, prontos para fazer explodir a construtora. O Exército nacional estava de prontidão nas proximidades. Uma investida e seria um massacre. Aquela reunião era vital, portanto. Nada de estranhar que o “ministro” (este entre aspas) Paulo Malos tivesse telefonado para minha casa num domingo depois das oito da noite me convidando para a reunião.

Os índios entraram em fila indiana, cantando, muitos com cocares coloridos, algumas grávidas, muitas com crianças nas costas. Contrastavam com o batalhão de terno escuro e gravata. O auditório ficou completamente tomado pelos índios, mas havia uma ordem e um silêncio solene, quebrado pelo choro de um bebê. Os jornalistas também se alinharam ao longo de uma das paredes do auditório de modo a não entrarem no enquadramento da imagem um do outro e, assim que a mesa foi formada, os *flashes* pipocaram. Fotografa-

ram e filmaram freneticamente por poucos minutos. Depois, saíram quase todos, como se o que fosse dito ali não os interessasse mais. Já tinham as imagens de que precisavam, iriam preenchê-las com uma narrativa pré-cozida, uma das estratégias do jornalismo tão nocivas às vozes subalternas nessa guerra de imagens atual.

Minha primeira preocupação não foi de ordem política: pedi que baixassem o ar-condicionado para não resfriar os índios seminus. Azar dos engravatados. Ao meu lado na mesa estava Marta Azevedo, presidente da Funai, antropóloga com quem tínhamos nos reunido, João e eu, na véspera. João Pacheco de Oliveira, coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA, sempre me acompanhou nos encontros envolvendo sociedades indígenas. A presidente da Funai foi demitida uma semana depois – os antropólogos não duram muito nesse cargo. Do outro, Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, ativa defensora dos direitos indígenas. Demitida do cargo semanas depois. A mim não podiam demitir. Estávamos as três ali porque os índios, para reabrir as negociações, impuseram condições: a primeira condição era de que todos fossem transportados a Brasília, inclusive as mulheres e crianças; a segunda, de que estivesse presente a “doutora Deborah”; a terceira, de que estivesse presente a Presidência da ABA. O governo aceitou na hora as condições. Daí o telefonema noturno que tinha me surpreendido.

Gilberto Carvalho, em minha opinião uma mão esquerda no governo Dilma, abriu a reunião. Falou em honestidade, em diálogo, em escutá-los. Com uma linguagem direta, longe do estilo grandiloquente e impessoal de discurso político. Falou com o tom de Lula. Em seguida, passou a palavra ao chefe mundurucu. Falou em sua língua, um mais jovem o traduziu. E o que ouvi, então, foi uma sucessão de intervenções muito bem articuladas que durou a tarde toda. Inesperadas e tocantes. Os índios e índias citaram leis, convenções internacionais, mostraram quanto o direito constitucional estava sendo desconsiderado pelo governo e, ao mesmo tempo, descreveram com nostalgia um Belo Monte que existia antes das obras da hidrelétrica: falaram do rio, dos peixes que não pescam mais, da fiscalização contínua atual, das revistas constantes, da exigência de documentos para transitar em águas que já foram suas, da suspeita geral instau-

rada ali, enfim, de um deslocamento de uma posição anterior em que dominavam o espaço e nele estavam integrados para uma condição de vida precária, sem valor, obstáculo ao desenvolvimento do país tão bem representado pela imagem de uma hidrelétrica no meio da selva.

São muitos os levantes de índios no Brasil – não são novidade, mas se acirraram no governo Dilma, cujo projeto de desenvolvimento os tem, assim como as florestas, como um empecilho ao Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC). São mais de 100 conflitos entre indígenas e proprietários de terra. Os ruralistas – bancada de deputados e senadores no Congresso – falam de uma foto de satélite que mostra que 13% das terras brasileiras são indígenas, uma área mais extensa que a dedicada à agricultura. Sua oposição é clara: não querem mais demarcações, embora legalmente respaldadas. Os levantes indígenas parecem dizer: é agora ou nunca.

A ocupação do canteiro de obras de Belo Monte foi precedida de outra, no Rio de Janeiro, que teve grande repercussão na mídia e que reuniu índios, estudantes, operários, “cidadãos de todo tipo, músicos, entregadores de pizza e professores, funcionários de *call center* e ativistas, motoristas, caixas de supermercado, empregadas domésticas, enfermeiras, contadores, catadores e quem mais viesse”² numa rede criativa no prédio do antigo Museu do Índio. Chamaram a rede de Aldeia Maracanã. A força simbólica do evento não tinha como passar despercebida: índios lutando contra o capital, representado pela Fifa, miseráveis defendendo o patrimônio histórico contra o futebol, campo minado de milionários, e tudo se desenvolvendo praticamente no centro do Rio de Janeiro, com fogueiras, cocares, repressão e uso de força desproporcional pela polícia. A ABA esteve presente desde o início, com os jovens antropólogos da Comissão de Assuntos Indígenas.

Ninguém contestaria que esses acontecimentos, as ocupações indígenas e especialmente a Aldeia Maracanã, foram pré-eventos do que viria logo depois: as grandes manifestações de rua que tomaram o país. E como tomaram!

2 Trecho de postagem de Luiz Eduardo Soares, “Aldeia Maracanã”. Disponível em: <http://www.luizeduardosoares.com/?cat=23>. Acesso em: 25 fev. 2016.

Cenário quatro: a ABA e as manifestações de rua

Corre uma piada, hoje, que resume o ambiente inesperadamente politizado que vivemos no Brasil: um passageiro de ônibus espirra. Outro lhe deseja: “Saúde!”. Um distraído, pensando tratar-se de uma palavra de ordem, replica: “Mais educação”. E um terceiro grita: “Vem, vamos pra rua protestar”.

Foram surpreendentes as manifestações que tomaram o Brasil? Sim e não. Sim se pensarmos que nenhum cientista social previu a amplidão geográfica, o número de participantes, a modalidade nova de reivindicação nem os alvos dos protestos. Como um *tsunami* que os geógrafos sabem ser possível, mas não têm como determinar a data e a intensidade. E, mesmo que fosse possível prever, seriam pensadas para acontecerem nas metrópoles, nos grandes centros urbanos, nunca nas cidades do interior do Brasil como vimos – era inédito.

Exercício frustrante buscar paralelo com manifestações anteriores. Tinham alguma semelhança com o movimento pelo *impeachment* do presidente Collor – também envolviam jovens que pediam uma ação governamental. No entanto, os jovens caras-pintadas que protestaram contra Collor buscaram aliança no Congresso para retirar o presidente corrupto. Agora era o Congresso, seus deputados e senadores, suas corrupções, grandes ou pequenas, os maiores alvos.

De fato, o “Vem pra rua” que tomou o país parece mais próximo do “Occupy Wall Street” ou dos “Indignados” europeus que dos protestos do movimento “Diretas Já”, “Por liberdades democráticas” ou outros de um passado nem tão recente assim. Se já em maio de 1968, em uma época pré-internet, vimos o quanto um movimento pode se globalizar, imagine agora.

As manifestações levaram às ruas bandeiras que já circulavam amplamente tanto nas periferias das grandes cidades quanto entre indivíduos de camadas médias e altas. As redes sociais diariamente transmitiam a indignação de jovens (e dos não tão jovens) sobre os mais diversos temas através de palavras de ordem marcadas pela inventividade e pelo humor. O Twitter e o muito ativo Facebook da ABA foram provas disso. Foram muitos os que trocaram seu nome na rede pelo de grupos indígenas ameaçados (as Berenice Guarani-Kaiowá, por exemplo), num movimento que começou com antro-

pólogos, mas se espalhou depois por toda a rede. As redes são hoje locais reais de sociabilidade, as ruas não fizeram mais do que transformar em ato o que era palavra.

Outros denunciavam a onda de conservadorismo moralista impulsionada por algumas denominações neopentecostais e por setores da Igreja católica que tem fortes ecos no governo Dilma e contra a qual o Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA está em permanente alerta – escreve notas e notas a favor da descriminalização do aborto, contra o Estatuto do Nascituro (que outorga ao feto direitos de cidadão), a favor da criminalização da homofobia (que, inclusive, matou um associado da ABA professor em Tocantins), contra Marcos Feliciano – o deputado federal, pastor neopentecostal, racista, homofóbico, alçado à liderança da Comissão de Direitos Humanos do Congresso durante a nossa gestão.

A política de alianças do governo do PT parece ter resultado em uma guinada conservadora em questões crucias para minorias: a demarcação de terras indígenas e quilombolas (há anos não esteve tão ameaçada), os direitos sexuais e reprodutivos (com a extensão da criminalização do aborto) etc. Que o futebol tenha sido um dos alvos surpreende, mas se explica. Ele tornou visível uma corrupção que antes não tinha a forma concreta de obras faraônicas. Como explicar a construção de um estádio público em Brasília com um custo duas vezes maior que outro, igual, privado, construído na mesma época em Porto Alegre? E por que construir estádios em cidades onde não haverá utilização depois da Copa, por não abrigarem clubes de futebol importantes? Como justificar o desalojamento de comunidades inteiras para abrir espaço para parques esportivos e valorizar áreas que foram rapidamente adquiridas por preços irrisórios pelo capital imobiliário?

O Brasil “emergente” vivia um momento de inegável transformação social, com diminuição da pobreza e acesso de grandes massas a direitos – embora as desigualdades permanecessem enormes e muitos dos números otimistas já fossem questionados. Esse bom momento foi um dos propulsores do “exijo mais”.

O que quero sublinhar aqui é que todas essas reivindicações já vinham sendo propagadas nas redes e por ONGs em todo o país. O papel da ABA seria mais efetivo politicamente? Não sei, mas é prová-

vel. A vantagem dos antropólogos é sua credibilidade, sua “aura de ciência”, como Eunice precocemente detectou, o que permite maior acesso às esferas institucionais governamentais e, às vezes, um diálogo que pesa.

Temos sido uma voz significativa nas demandas por terras de populações indígenas e quilombolas, nas reivindicações de direitos étnicos, de direitos sexuais e reprodutivos e, mais recentemente, de proteção ao meio ambiente e defesa da biodiversidade ambiental, de políticas patrimoniais e de museus, de direitos de minorias sexuais e de acessibilidade. Esses são chamados constantes ao qual a ABA tem respondido, assumindo um papel de responsabilidade na dinâmica social, sabendo, como lembram muitos etnólogos, que os índios, os quilombolas e outros grupos subalternos têm sua própria agenda política e seus próprios movimentos: eficazes, organizados. A ABA não se coloca como porta-voz, mas como aliada. E, nesse sentido, buscamos desenvolver outras ferramentas de divulgação para um público não necessariamente acadêmico: a revista *Novos Debates*, que já está em seu terceiro número, e a TV ABA, uma *webtv*.

Penso que estar à frente na ABA é tentar manter esse vínculo entre a antropologia e a esfera pública. Foi o que fizemos na nossa gestão: organizamos mais de 20 encontros acadêmicos de Pelotas a Boa Vista, passando por todas as regiões do país, e batemos em muitas portas em Brasília.

Considerações finais

Conciliar o acadêmico e o político tem sido, portanto, um desafio e a marca da nossa associação. Todos sabemos da importância de sujeitos políticos coletivos como uma associação científica. Eles reforçam identidades e pertencimentos, ecoam vozes mais fortemente, propiciando intervenções políticas mais eficazes.

Belo Monte, o avanço acelerado das empresas mineradoras na Amazônia e outros projetos desenvolvimentistas que potencialmente ameaçam as populações indígenas e ribeirinhas são vigiados e, se preciso, combatidos. Não porque a ABA se oponha ingenuamente ao desenvolvimento, mas porque pensamos que este deve ser

sustentável, respeitar a biodiversidade e o efetivo consentimento das populações atingidas.

Para concluir, volto à pergunta inicial, que foi desaparecendo da rede ao longo dos meses da nossa gestão. “*Cadê a ABA?*” A resposta varia muito quando nos deslocamos. Entre meus colegas da diretoria do Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA), a ABA é exemplo de como usar seu potencial de convencimento junto à sociedade brasileira; para os antropólogos brasileiros, é preciso fazer mais, muito mais. Penso que, nesses 60 anos, nossa associação, eminentemente científica, não se absteve do seu papel na arena política. Cresceu. São outros os tempos. Mas a expansão recente da antropologia brasileira, dentro e fora do país, mantém e densifica sua responsabilidade, que é a de continuar sendo, fundamentalmente, uma instituição acadêmica que zela pela excelência da antropologia e, ao mesmo tempo, tem a responsabilidade de estimular uma agenda reflexiva capaz de contribuir para as políticas públicas do Brasil.

